

DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS MENORES AFETOS A TRABALHOS REGULAMENTADOS

1- Idade do jovem

Durante este período de formação em contexto de trabalho, apenas um aluno menor com, pelo menos, 15 anos, inscrito numa formação conducente à emissão de um diploma profissional ou tecnológico, de acordo com as disposições dos artigos L.336-1 e L.337-1 do Código da Educação (Code de l'éducation) em conjugação com as dos artigos R.715-1-5, L.811-1, L.811-2, L.813-1, L.813-2, L.813-9 e R.813-42 do Código rural e da pesca marítima (Code rural et de la pêche maritime), pode ser autorizado, nas condições previstas nos artigos R.4153-38 a R.4153-45 do Código do trabalho (Code du travail), a utilizar máquinas, aparelhos ou produtos cuja utilização seja proibida aos menores pelos artigos D.4153-17 a D.4153-35 do Código do trabalho.

2- Procedimento de derrogação

Antes de qualquer afetação do jovem a trabalhos regulamentados suscetíveis a derrogação, o diretor da empresa ou o responsável do organismo de acolhimento deverá ter produzido uma declaração de derrogação válida por 3 anos, a contar da notificação do aviso de receção desta declaração, ao inspetor do trabalho com competência geograficamente para essa unidade.

Para as administrações e os estabelecimentos públicos do Estado, abrangidos pelo Decreto n.º 2015-1583, de 3 de dezembro de 2015, esta declaração é produzida pelo responsável do organismo de acolhimento ao inspetor de saúde e segurança no trabalho competente.

Para as autarquias territoriais abrangidas pelo Decreto n.º 2016-1070, de 3 de agosto de 2016, a afetação de jovens a trabalhos proibidos suscetíveis de derrogação é possível, sob condição de ter sido tomada uma decisão nesse sentido pelo órgão de decisão da autarquia territorial de acolhimento. As decisões são elaboradas com o assistente ou o vereador de prevenção competente.

Sem esta declaração, não é possível afetar um jovem a trabalhos regulamentados sujeitos a derrogação.
Deve ser anexada ao acordo uma cópia desta declaração.

O jovem só pode realizar estes trabalhos sob o controlo permanente do seu orientador de estágio.

O parecer médico de aptidão, emitido pelo médico responsável pelo acompanhamento dos alunos, ou pelo médico do trabalho da Caixa de Mutualidade Social Agrícola (Caisse de mutualité sociale agricole), é enviado pelo estabelecimento de ensino ao diretor da empresa ou ao responsável do organismo de acolhimento, antes de qualquer afetação do jovem a trabalhos regulamentados sujeitos a derrogação.

O empregador afeta o jovem a trabalhos regulamentados sujeitos a derrogação, em função do seu nível de formação, do seu progresso e dos objetivos da formação.

O empregador que declare uma derrogação deve colocar à disposição do inspetor do trabalho, a partir do momento da afetação do jovem em causa, informações relativas a:

- 1º) Apelidos, nomes próprios e data de nascimento do jovem;
- 2º) Formação profissional concluída, a sua duração e os locais de formação conhecidos;
- 3º) Informação e formação em matéria de segurança ministradas ao jovem, de acordo com os artigos L.4141-1 e L.4141-3 do Código do trabalho;
- 4º) Um parecer médico de aptidão para proceder a estes trabalhos;
- 5º) Apelidos, nomes próprios, cargo ou função da(s) pessoa(s) competente(s) responsável(eis) pela supervisão do jovem durante a execução dos trabalhos em causa.

3- Compromissos assumidos pela empresa ou o organismo de acolhimento com vista à afetação do menor a trabalhos regulamentados e aos que dão direito à derrogação permanente

O responsável da empresa ou do organismo de acolhimento certifica que cumpre as disposições seguintes:

1º Ter procedido à avaliação prevista no artigo L.4121-3 do Código do trabalho, incluindo uma avaliação dos riscos existentes para os jovens e relacionados com o seu trabalho. Esta avaliação é prévia à afetação dos jovens aos seus postos de trabalho;

Nesse sentido, em relação aos trabalhos previstos, orientador de estágio apresentará ao estagiário a avaliação dos riscos realizada de acordo com o artigo L. 4121-3 e seguintes do Código do trabalho específicos da empresa ou do organismo de acolhimento, retirados do documento único e comentará com aquele, de forma pedagógica, os riscos a que é suscetível de estar exposto e as medidas preventivas tomadas para os remediar.

2º Na sequência desta avaliação, ter aplicado as medidas preventivas previstas no segundo parágrafo do artigo L. 4121-3 do Código do trabalho.

3º Antes de o jovem estar afeto a um trabalho deste tipo, deve ter, nos termos dos artigos L. 4141-1 e seguintes do Código do trabalho, informado o jovem dos riscos para a sua saúde e segurança e das medidas tomadas para os remediar e ter-lhe ministrado formação em matéria de segurança correspondente, assegurando-se de que esta é adequada à sua idade, ao seu nível de formação e à sua experiência profissional.

4º Assegurar a supervisão do jovem em formação durante a execução destes trabalhos;

5º Ter obtido, para cada jovem, um parecer médico de aptidão do estabelecimento de ensino. Este parecer médico é emitido anualmente pelo médico responsável pelo acompanhamento médico dos alunos ou pelo médico do trabalho da Caixa de Mutualidade Social Agrícola (Mutualité Sociale Agricole - MSA).

4- Lista dos trabalhos regulamentados sujeitos a derrogação a que o jovem estará afeto

Indicar o tipo de equipamento e as suas condições de utilização: condições de supervisão pelo orientador de estágio, uso de equipamentos de proteção individual. O diretor da empresa ou o responsável do organismo de acolhimento deverá certificar-se de que só são utilizados equipamentos em conformidade com os regulamentos.

5- Trabalhos que dão direito à derrogação permanente

5-1. Disposições relativas aos equipamentos móveis autopropulsores de trabalho e de elevação

Nos termos do artigo R.4323-55 do Código do trabalho, a condução de equipamentos móveis autopropulsores de trabalho e de elevação, incluindo tratores agrícolas, é necessária uma formação prévia e adequada.

Para os alunos menores, é necessária uma declaração de derrogação para a condução de todos os equipamentos móveis autopropulsores de trabalho, incluindo os tratores agrícolas e florestais, nos termos do artigo D.4153-27 do Código do trabalho.

No entanto, esta declaração de derrogação não é necessária para a condução de equipamentos móveis autopropulsores de trabalho, utilizados para elevação, para os jovens que tenham recebido a formação prévia, prevista no artigo R.4323-55 do Código do trabalho e se forem titulares da autorização interna para condução de máquinas prevista no artigo R. 4323-56 do mesmo código, no que respeita aos equipamentos cuja condução esteja sujeita a essa autorização interna para condução de máquinas.

Os menores só podem conduzir tratores agrícolas e florestais se tiverem, pelo menos, 15 anos e, se os equipamentos satisfizerem cumulativamente as três condições técnicas seguintes:

- 1º) existência de uma estrutura de proteção contra queda;
- 2º) manutenção dessa estrutura em posição desdobrada durante a condução;
- 3º) existência de um cinto de segurança abdominal para manter o condutor na posição de condução.

É proibida a afetação de menores com, pelo menos, 15 anos à condução de tratores agrícolas e florestais que não satisfaçam as três condições técnicas cumulativas acima explicitadas e à condução de quadriciclos a motor, sem possibilidade de derrogação.

Além disso, os jovens com, pelo menos, 15 anos, que podem comprovar uma formação prévia em condução segura, na aceção do artigo R.4323-55 do Código do trabalho, podem beneficiar, de uma derrogação permanente, na aceção do artigo R.4153-51 do Código do trabalho, para conduzir tratores agrícolas e florestais equipados com um cinto de segurança e uma estrutura de proteção contra a capotagem, mantida em posição desdobrada.

Na falta de formação prévia adequada, é exigida uma declaração de derrogação ao inspetor do trabalho para a condução, por jovens com, pelo menos, 15 anos, de tratores agrícolas e florestais que satisfaçam as três condições técnicas cumulativas acima referidas.

O estagiário vai conduzir esses equipamentos no âmbito das tarefas que lhe serão confiadas?

Sim Não

Se sim, quais?

O estabelecimento indica, no documento anexo relativo à lista dos trabalhos regulamentados sujeitos a derrogação, o grau de competência em função do nível de formação.

O diretor da empresa ou o responsável do organismo de acolhimento emitirá uma autorização interna para condução de máquinas?

Sim Não

5-2. Transporte de cargas

No caso de transporte de cargas correspondentes a mais de 20% do peso dos jovens com idade igual ou superior a 15 anos e inferior a 18 anos, o diretor do estabelecimento de ensino fornece ao diretor da empresa ou ao responsável do organismo de acolhimento o atestado médico de aptidão previsto no artigo 13.º. Neste sentido, o transporte de cargas não está sujeito a uma declaração de derrogação.

O estagiário terá de transportar cargas superiores a 20% do seu peso corporal?

Sim Não

5-3. Habilitação elétrica

O aluno que, durante o seu período de formação em contexto profissional, tenha de intervir em instalações e equipamentos elétricos, ou nas suas proximidades, deve estar habilitado para tal pelo diretor da empresa ou pelo responsável do organismo de acolhimento, em função da natureza dos trabalhos a realizar. Esta habilitação só pode ser concedida no fim de uma formação em matéria de prevenção dos riscos elétricos concluída pelo aluno no estabelecimento de ensino, antes do período de formação em contexto de trabalho. A habilitação é emitida com base num certificado pelo estabelecimento de ensino que atesta que o aluno concluiu com sucesso a formação correspondente aos níveis de habilitação mencionados.

Não é necessário formular uma declaração de derrogação para os trabalhos que tenham dado origem a uma habilitação elétrica.

O estagiário precisa de uma habilitação para as atividades que lhe são confiadas?

Sim Não

Se sim, especificar o nível de habilitação e o certificado emitido pelo estabelecimento de ensino que atesta que o estagiário concluiu a formação correspondente:

Especificar se a habilitação elétrica será emitida pelo diretor do estabelecimento de ensino ou o responsável do organismo de acolhimento:

Sim Não

Para estes trabalhos mencionados e sujeitos a derrogação ou a derrogação permanente:

Especificar a formação em matéria de segurança associada às tarefas e atividades confiadas ao estagiário e cuja formação será ministrada na empresa de acolhimento:

Como complemento da formação ministrada no estabelecimento de ensino. Especificar:

O responsável da empresa ou do organismo de acolhimento Apelido: Nome próprio: Assinatura:	O diretor do estabelecimento de ensino Apelido: Nome próprio: Assinatura:
---	--

Visto de informação para fins pedagógicos

O orientador (se não for o diretor da empresa ou o diretor do organismo de acolhimento) Apelido: Nome próprio: Assinatura:	O professor orientador da equipa pedagógica: Apelido: Nome próprio: Assinatura
O estagiário e/ou o seu encarregado de educação Apelido: Nome próprio: Assinatura:	

Lista dos trabalhos sujeitos a derrogação (artigos D.4153-17 a D.4153-35 do Código do trabalho)

	Trabalhos regulamentados sujeitos a pedido de derrogação	Local(ais) de formação		Título da formação profissional a que se refere os trabalhos regulamentados sujeitos ao pedido de derrogação	Nível de competências do jovem em função do nível de formação
		locais ETS	oficina		
1	D. 4153-17 - trabalhos que implicam a preparação, o emprego, o manuseamento ou a exposição a agentes químicos perigosos definidos nos artigos R. 4412-3 e R. 4412-60				
2	D. 4153-18 - operações suscetíveis de causar uma exposição a um nível 1 ou 2 de poeiras de fibras de amianto, tal como definido no artigo R. 4412-98.				
3	D. 4153-21 - trabalhos que os expõem a radiações ionizantes que exijam a classificação na categoria B, na aceção do artigo R. 4451-46				
4	D.4153-22 - trabalhos suscetíveis de os expor a radiações óticas artificiais e para os quais os resultados da avaliação dos riscos evidenciam a mais pequena possibilidade de ultrapassar os valores-limite de exposição definidos nos artigos R. 4452-5 e R. 4452-6				
5	D. 4153-23 - intervenções em ambientes hiperbáricos não abrangidos pela classe 0				
6	D. 4153-27 - condução de equipamentos móveis autopropulsores de trabalho e de elevação				
7	D. 4153-28 - trabalhos que implicam a utilização ou a manutenção: « 1º máquinas mencionadas no artigo R. 4313-78, independentemente da data de entrada em funcionamento; « 2º máquinas com partes móveis envolvidas na execução do trabalho que não podem ser tornadas inacessíveis durante o seu funcionamento				
8	D. 4153-29 - trabalhos de manutenção quando estes não podem ser realizados com o veículo parado, sem possibilidade de novo arranque imprevisto das transmissões, dos mecanismos e dos equipamentos de trabalho em causa.				
9	D. 4153-31 - montagem e desmontagem de andaimes				
10	D. 4153-33 - É proibido aos jovens proceder a trabalhos que implicam operações de manuseamento, supervisão, controlo e intervenção em aparelhos sob pressão sujeitos a acompanhamento em funcionamento, nos termos do artigo L.557-28 do Código do ambiente (Code de l'environnement).				
11	D. 4153-34 - 1º visita, manutenção e limpeza do interior de cubas, cisternas, tanques e reservatórios; 2º trabalhos que implicam operações num ambiente confinado, nomeadamente, em poços, condutas de gás, condutas de evacuação de fumos, esgotos, fossas e galerias.				
12	D. 4153-35 - trabalhos de fundição de vidro ou de metais fundidos e admiti-los habitualmente nos locais afetos a estes trabalhos.				